

**ACESSO À PERMANÊNCIA:  
diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem  
Bolsa Família no sertão baiano<sup>1</sup>**

***ACCESSING PERMANENCE:  
economic difference and gender practice among households that receive  
Bolsa Família in the backlands of Bahia, Brazil***

---

Gregory Duff Morton  
*University of Chicago*

**Resumo**

Em domicílios rurais que recebem Bolsa Família no sertão da Bahia, observamos uma relação: as mulheres mais pobres associam o dinheiro com a família e o marido, e as mulheres relativamente prósperas associam o benefício com um discurso de autonomia pessoal. De onde vem essa diferença? Uma análise etnográfica da “casa sertaneja” demonstra que só as famílias de renda relativamente próspera costumam dividir o orçamento doméstico em gastos individuais da mulher e do homem. Por meio da divisão, mulheres e homens nessas famílias conseguem acumular, separadamente, bens de valor em longo prazo, assim construindo formas de permanência que ficam fora do alcance dos mais pobres. A influência que o programa exerce sobre as relações de gênero em domicílios mais abastados, portanto, é o inverso de sua influência entre os mais pobres. Essa diferença pode mudar as políticas públicas que buscam transformar a interseção de gênero e pobreza.

**Palavras-chaves:** Bolsa Família, transferências condicionadas de renda, gênero, decisões intradomésticas

**Abstract**

In rural households that receive Bolsa Família welfare payments in the backlands region of Bahia, Brazil, we observe a relationship: the poorest women associate the money with their families and husbands, while relatively prosperous women associate the benefit with a discourse of personal autonomy. Where does this difference originate? An ethnographic analysis of the “backlands home” demonstrates that only the families with relatively prosperous incomes divide their household budgets into individual expenditures for the woman and the man. Through this division, men and women in these families manage to accumulate, separately, objects with long-term value, thus constructing forms of permanence that remain beyond the reach of the poorest. The program hence has

---

<sup>1</sup> Reconheço, com gratidão, o apoio de duas bolsas que sustentaram a presente pesquisa: a Grassroots Development Fellowship, da Inter-American Foundation (administrada pelo Institute for International Education), e a International Dissertation Research Fellowship, do Social Science Research Council. Agradeço a Tatiane Amaral Lima pela leitura intensiva e generosa do texto. Dedico esse artigo a Manuela Carneiro da Cunha, Mauro Barbosa de Almeida e Eduardo Viveiros de Castro, que sabem receber bem.

opposite effects on gender relations in prosperous and poor households. This difference can inform public policies that strive to transform the intersection of gender and poverty.

**Keywords:** Bolsa Família, conditional cash transfers, gender, intra-household decision making.

## Introdução

“Mulher mesmo não faz nada. Só faz mesmo cuidar da comida, das coisas dentro de casa. Ajuda na colheita. Ajuda a limpar também. Ajuda em tudo. Às vezes tem lenha na mata e eu pego.” Com essas palavras, Clara<sup>2</sup>, 39 anos, descreve o seu trabalho diário, enquanto mulher e dona de casa, em um pequeno povoado da zona semiárida da Bahia.

Clara mora no lugar onde a rua termina e as roças de feijão e café começam, em uma casa branca de dois quartos; quase não cabem seus filhos e seu marido. Clara faz serviços na roça da família, e o marido às vezes consegue bicos como diarista agrícola, “um dia para um, um dia para outro.” “Eu acho que eu trabalho demais,” ela opina. “Vou para roça de manhã.”

Como muitos no povoado, o domicílio de Clara recebe um pagamento mensal do Bolsa Família. Depois da chegada desse recurso, ela reconhece que sua situação “mudou. Que eu falo assim, se não foi esse dinheiro aí, não era nada aqui. O dinheiro que nós tem aqui é só esse”. Clara usa o pronome “nós” para representar os donos do dinheiro, e assim ela não se declara proprietária individual do benefício. Ela explica: “Quem é que recebe é meu marido. Foi ele que fez o cadastro.”

Distante uns poucos metros de Clara, em uma casa praticamente idêntica, mora Francisca, 34 anos, com seu marido e dois filhos. Francisca inicia uma conversa sobre Bolsa Família com a seguinte reflexão: “Eu sei que foi uma porta que abriu para mim.” O pronome “mim” já indica a concepção que ela tem do benefício, concepção que ela depois explicita. Antes do Bolsa Família,

(Francisca:) Nunca eu comprava nada. Nunca fazia dívida porque eu sabia que eu não podia pagar. Eu nunca -- independente de que José [o marido dela] trabalha e recebe, mas ele nunca me deu dinheiro não. Ele falava, ‘Vai lá, e compra’, e tudo bem, né? Pronto. Mas eu mesmo chegar e comprar, não. Nunca comprei. Nunca tinha comprado. Depois do Bolsa Família que eu passei a comprar. Já comprei móveis para dentro de casa, roupa--

(Duff:) É mesmo!

(F:) Eu já. DVD, tudo eu compro. Hoje eu compro [...] O dinheiro do Bolsa Família, é eu que pego, e eu administro. Eu compro coisas para os meninos, e compro para mim--

[...] Tem gente que fala assim, “Ah, mas é um direito da gente.” Mas quem é que já pensou no direito da gente antes já? Nunca ninguém pensou no direito da gente!

E, como se fosse para eliminar dúvidas sobre a identidade das pessoas no grupo

<sup>2</sup> Todos os nomes nesse trabalho, inclusive os nomes das duas comunidades, são pseudônimos. Alguns detalhes das vidas pessoais das pessoas entrevistadas também foram modificados, para preservar o anonimato.

denominado “a gente,” Francisca coloca uma conclusão sobre o programa: “Eu acho que é o sonho de uma mulher, viu? De ser independente, de ter o seu dinheiro. Estar com ninguém estar mandando.”

Como entender a diferença entre essas duas visões de duas vizinhas? No primeiro depoimento, as mulheres aparecem como pessoas que não fazem nada, só ajudam; o dinheiro da Bolsa Família pertence a “nós;” o marido recebe o benefício. Já no segundo, as mulheres são apresentadas como portadoras de direitos e sonhos; o dinheiro da Bolsa Família vai “para os meninos, e para mim;” a mulher administra o recurso. Com certeza, uma grande variedade de processos psicológicos e biográficos deve ter diferenciado as duas vizinhas, mas a divergência não é meramente pessoal; no povoado, são muitas as mulheres que relatam histórias parecidas com a de Francisca, e várias que oferecem as mesmas respostas de Clara. Essa diferença talvez possa ser esclarecida por meio de um fato econômico. Clara mora em um dos domicílios mais pobres do povoado, e o domicílio de Francisca, ainda com uma renda muito baixa quando comparada com o padrão nacional, é reconhecido por ser um dos mais prósperos. A relação parece bastante frequente nas comunidades pesquisadas: em entrevistas, as mulheres que associam a Bolsa Família com um discurso de autonomia pessoal são normalmente as que moram nos domicílios com renda relativamente maior, enquanto as mulheres que identificam o benefício com a família (ou com o esposo) são as mais pobres.

O Programa Bolsa Família muda a realidade diária de um número imenso de beneficiados – mais de 13 milhões de domicílios, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS)<sup>3</sup> –, um conjunto de pessoas marcado pela sua heterogeneidade. Essa heterogeneidade algumas vezes permaneceu mascarada nas pesquisas iniciais sobre o programa, sendo que essas produziam resultados sobre “os beneficiados do Bolsa Família” como grupo geral (vejam, por exemplo, os importantes trabalhos dos pesquisadores nas Avaliações de Impacto do Bolsa Família, primeira e segunda rodada, 2007 e 2010, e ainda Vaitsman; Paes-Sousa, 2007 e De Brauw et al., 2010), e hoje cabe à investigação etnográfica contribuir com uma análise das diversidades. No atual trabalho, procura-se explorar a diversidade econômica. Vale enfatizar mais uma vez que até as pessoas que chamamos aqui de “prósperas” vivem em séria desvantagem quando comparadas com o PIB *per capita* nacional. Mas os domicílios beneficiados com Bolsa Família não são todos igualmente pobres, e, na divergência entre Clara e Francisca, podemos talvez vislumbrar uma diferença que tem importância no sertão baiano.

A relação observada – mulheres mais pobres associam Bolsa Família com família e marido, mulheres mais prósperas associam esse dinheiro com autonomia – não se explica simplesmente pelo nível de escolaridade das pessoas beneficiadas. As mulheres que empregam o discurso de autonomia não são necessariamente as que estudaram mais.

<sup>3</sup> Dados de 27 dezembro de 2012.

Começaremos, pois, com uma explicação econômica: nos domicílios mais prósperos, os casais frequentemente dividem o dinheiro da casa em (pelo menos) dois orçamentos, dinheiro para o homem e dinheiro para a mulher. Os domicílios mais pobres não conseguem fazer tal divisão. Em outras palavras, o orçamento dividido seria um privilégio dos mais prósperos. É só nas contas domésticas das famílias mais abastadas, então, que o Bolsa Família apareceria como um aumento no dinheiro especificamente feminino.

Ao longo desse trabalho, procurarei demonstrar que essa explicação está correta, mas precisa ser ampliada. Por que os mais pobres não conseguem separar o orçamento? Com que intuito os mais prósperos dividem o dinheiro deles? No contexto dos povoados pesquisados, o que significa “autonomia” – o “ser independente” que Clara descreve? São perguntas que pedem uma análise que investigue a maneira pela qual os moradores dos povoados assimilam o dinheiro do Bolsa Família dentro de uma ideologia local.

### **O campo da pesquisa**

Nas mangas geralmente secas, nas baixadas onde se cultivam o feijão e o milho, dá para perceber a fumaça e as vozes subindo de uma longa linha de casas: é o Assentamento Maracujá, um dos dois povoados investigados nessa pesquisa. Maracujá era uma fazenda pouco produtiva cujo proprietário morava na cidade, até os meados dos anos 90, quando o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) coordenou uma ocupação da terra, e o Incra, expropriando o imóvel, criou o assentamento. Com pouquíssima água e sem um meio de transporte fácil para os mercados, Maracujá continua sendo um lugar de pobreza. No entanto, as 205 pessoas que moram nos seus 62 domicílios tentam se sustentar com as duas chuvas do ano, plantando mandioca, milho, café, abacaxi, e feijão, e criando vacas e galinhas.

Os assentados também cultivam um forte vínculo de amizade com os moradores do povoado Rio Branco, distante 15 km aproximadamente. Há 150 anos, Rio Branco é um lugar de pequenos produtores que vivem isolados das cidades, nas margens das grandes fazendas. Os riobranquenses costumavam trabalhar esporadicamente para os fazendeiros, antes da onda de ocupações de terra que aconteceu na região ao longo dos anos 1990. Depois das ocupações, com os fazendeiros já expropriados, os pequenos produtores selaram uma aliança política e pessoal com os sem-terra. Hoje, os 35 domicílios em Rio Branco, com 103 pessoas, vivem em condições econômicas semelhantes às que caracterizam Maracujá, uma vez que os dois povoados possuem o mesmo processo produtivo e enfrentam os mesmos desafios geográficos e estruturais.

Em ambos os lugares, os habitantes são, em certo sentido, e apesar das aparências puramente camponesas, semiproletários rurais. Muitos trabalham anualmente na safra de café das grandes fazendas na região, colhendo caroços que serão exportados para o estrangeiro. Os jovens viajam para bem mais longe à procura de empregos, frequentemente

até à mineradora Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Contribuindo dessa forma com mão de obra para a exportação de matéria-prima, Maracujá e Rio Branco se inserem diretamente nos setores mais dinâmicos da economia mundial. O percurso cíclico de quem sai – trabalhar fora, voltar para a terra própria – revela uma realidade importante sobre os dois povoados. Lugar de crianças, idosos e pessoas desempregadas, a região permite uma sobrevivência a preços baixos, apoiada pela pequena produção caseira, aliviando assim a economia urbana dos custos de reprodução social de quem está fora do mercado de emprego, e fornecendo um fluxo de trabalhadores sazonais sem acompanhantes. Ou, na visão de quem mora lá, os povoados aparecem como ilhas de permanência no rio de crescimento econômico inseguro.

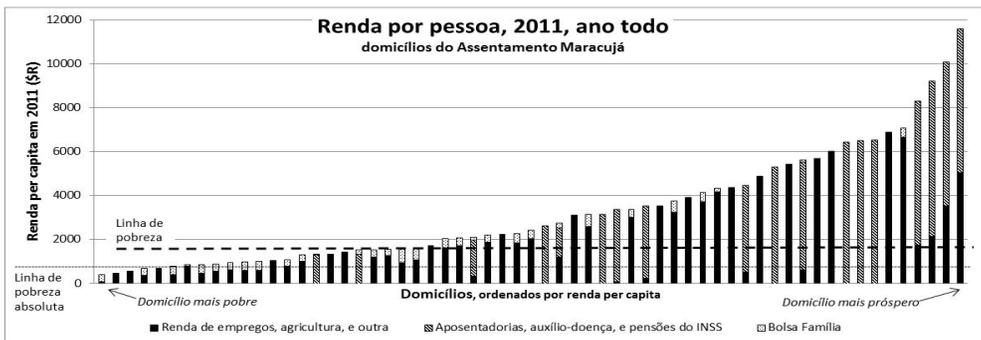
Nas duas comunidades, os vínculos de parentesco têm um papel determinante nas estratégias de sobrevivência diária. São raros os domicílios onde mora um adulto com crianças e sem outros adultos<sup>4</sup>. Na maioria dos casos, as crianças convivem com um casal de adultos, mesmo que não sejam os dois pais. No atual trabalho tomaremos em conta só os casais que moram com filhos, deixando para mais tarde a análise da infrequente mas reveladora situação dos pais e mães solteiros.

Com o objetivo de entender a economia doméstica e as mudanças provocadas pelo Bolsa Família, iniciei uma pesquisa etnográfica de doutorado nos dois povoados, de setembro de 2011 até novembro de 2012. Já havia feito visitas e pesquisas no Assentamento Maracujá desde 2005, e estava impressionado com o impacto transformador do programa. A pesquisa de doutorado visou o aproveitamento de métodos de observação participativa e entrevista aberta para investigar os significados que homens, mulheres, e crianças empregam para integrar o dinheiro do Bolsa Família nos seus hábitos cotidianos e nos seus sonhos para o futuro. A pesquisa também incluiu dois aspectos mais quantitativos. Primeiro, realizou-se um censo de todos os domicílios, no qual se utilizou perguntas baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a fim de medir a renda total e os bens no ano de 2011. Segundo, selecionei nove “famílias de enfoque” e, junto a elas, comecei a fazer entrevistas semanais para registrar os gastos e a renda da casa. Nesse processo de pesquisa, a minha posição como homem e estrangeiro trouxe obstáculos. Os entrevistados com certeza sabiam que estavam falando com um homem, e eu também escutei com ouvidos de homem; acabei construindo um modelo de um sistema de valores dominantes que priorizam o homem. Detectei estrutura e sistema mais do que tática e resistência, e espero que outros possam suprir essa carência.

---

4 Dos 62 domicílios em Maracujá, 5 têm só um adulto com filhos – um homem e quatro mulheres (tendo em vista que duas das quatro mulheres têm pais que moram em outras casas no mesmo assentamento). Nenhum dos 35 domicílios em Rio Branco apresenta essa estrutura. É verdade que são mais frequentes os casos de pais e mães que não fazem parte de um casal, mas que moram, junto com seus filhos, com outros parentes adultos (avós ou irmãos.) – 3 domicílios em Rio Branco (dos 18 domicílios que têm filhos em casa) se encaixam nessa categoria, assim como 5 domicílios em Maracujá (dos 40 que têm filhos em casa.) Esses casos levantam dúvidas sobre a decisão, nesse trabalho, de focar só os casais: estamos correndo o risco de reforçar um modelo preconceituoso de normalidade do casal. Os outros casos merecem uma detalhada análise.

Os resultados do censo, apresentados nos gráficos, apontam para um nível surpreendente de desigualdade de renda nos povoados. Os domicílios mais prósperos geralmente são os que recebem aposentadorias rurais, ou aqueles cujos moradores possuem empregos na escola ou na equipe de saúde. Nas famílias que não têm essas fontes de renda, o Bolsa Família vem complementando uma mistura de produção na própria roça, dinheiro mandado por parentes que moram na cidade, e bicos de diarista, esses últimos sendo predominantes durante a colheita de café nas fazendas próximas. É importante observar, nos gráficos, que os domicílios beneficiados por Bolsa Família apresentam uma diversidade de níveis de renda. Para os mais pobres, o benefício representa uma boa parte dos ingressos; para quem vive perto da linha de pobreza, o dinheiro junta-se com outros meios de subsistência para constituir uma base diversificada para a economia familiar<sup>5</sup>.



<sup>5</sup> Ressalta-se que não se pode concluir, com base nos dados mostrados nos gráficos, que existem domicílios que recebem a Bolsa Família apesar de terem renda acima do limite legal para o programa. Três obstáculos impedem a comparação dos dados aqui apresentados com os critérios de elegibilidade do programa. a) Nosso método para calcular a renda anual diverge em certos detalhes do PNAD, sendo que somos mais cautelosos para registrar os ingressos de produção agrícola e também os gastos agrícolas. b) Os domicílios definidos na pesquisa podem não coincidir com os domicílios cadastrados com o CadÚnico do Bolsa Família; um pai com filhos, por exemplo, pode aparecer no CadÚnico como um domicílio completo, quando na nossa pesquisa consideramos que eles fazem parte de um domicílio misto com os avós. c) Apresentamos aqui a renda do ano todo. A renda pode variar durante o ano, e depois de uns meses de prosperidade, uma família pode sofrer transtornos e solicitar Bolsa Família. A linha de pobreza usada aqui corresponde a R\$140,00 por pessoa por mês, e a linha de pobreza absoluta a R\$70,00 por pessoas por mês, valores usados pelo Programa Bolsa Família e que correspondem, aproximadamente, aos critérios do Banco Mundial.

Os habitantes de Rio Branco e Maracujá hoje passam por um período de transição e conflito nas ideologias de gênero. Para alguns, deve existir uma diferença fundamental entre homens e mulheres, uma diferença frequentemente expressada pela metáfora da casa, que se destaca nesses trechos extraídos de várias entrevistas:

--[Mulher, 33 anos:] Ele é o dono da casa. E o chefe da família.

--[Homem, 32 anos:] Ela só cuida de casa mesmo. Ela cuida de casa, cuida de mim.

--[Mulher, 27 anos:] [O homem é] o comandante da casa.<sup>6</sup>

Outros insistem no valor da igualdade, expressado quase sempre pela metáfora jurídica do *direito*:

--[Homem, 26 anos:] ...a mulher quer lutar pelos direitos iguais...

--[Mulher, 27 anos:] A mulher é a mesma coisa que o homem [...] É os dois iguais [...] Os dois têm os mesmos direitos.

Essas duas tendências ideológicas não são necessariamente incompatíveis: nos trechos citados acima, a mesma mulher notou que “os dois têm os mesmos direitos” e, mais tarde, identificou o homem como “o comandante da casa”. A oposição casa/direito ajuda a amenizar a contradição. Essa dupla metáfora remete diretamente a uma constelação de oposições clássicas e estáveis (privado/público, parentesco/cidadania, casa/rua) (DaMatta, 1985), o que proporciona um certo equilíbrio simbólico à existência simultânea de papéis desiguais na casa e igualdade no direito.

Porém, os habitantes da região, quando começam a conversar na linguagem dos direitos, não deixam de assinalar uma transição histórica, seja positiva ou negativa:

--[Homem, 69 anos:] A mulher hoje está tendo mais liberdade do que o homem [...] E o homem não tem direito a nada. Só tem direito a trabalhar.

--[Homem, 59 anos:] A gente começa a sair da lei machista [...] A mulher tá sabendo o que é que ela quer, o que é que ela diz.

--[Homem, 73 anos:] A mulher já foi uma nação que elas aguentou muito desaforo de homem. E hoje ela não está aguentando mais não.

--[Mulher, 35 anos:] Eu acho que a mulher, ela já adquiriu a igualdade dela.

É dentro desse contexto contraditório que mulheres e homens precisam formular práticas para criar um domicílio, com seus recursos e particularmente com o dinheiro do Bolsa Família. E a unidade desse domicílio não significa uma falta de conflitos:

<sup>6</sup> Nesse trabalho, quando há vários trechos juntos, todos com um hífen antes das palavras citadas, os trechos vêm de várias entrevistas diferentes. Na falta de um hífen, os trechos vêm de uma só entrevista e são falas encadeadas.

Josefa: Leandro [o esposo dela] não faz nada não. É eu.

Leandro: Às vezes eu lavo um prato.

Josefa: Deixa de conversa.

### **Bolsa Família no âmbito das transferências condicionadas de renda**

Os governos de 45 países oferecem atualmente transferências condicionadas de renda, e o programa brasileiro é o maior no mundo. Como a maioria dessas transferências, o Bolsa Família envia pequenos pagamentos mensais para domicílios que mandam os filhos para a escola e completam suas vacinas; são geralmente as mulheres que recebem o benefício. Várias pesquisas sobre o programa identificaram modestos mas importantes impactos na escolaridade e saúde das crianças (Ballard, 2013 e Lomeli, 2008 para resumos internacionais; Lindert et al., 2007; DeBrauw et al., 2010, e Vaitsman et al., 2007 para informações gerais sobre o caso brasileiro).

Sobre os efeitos de gênero do Bolsa Família, há uma polêmica ativa. Quase todas as pesquisas brasileiras afirmam a popularidade do programa entre as mulheres beneficiadas (Suárez; Libardoni, 2007 e Pires, 2011), e De Brauw et al. (2010) encontram evidências de que o Bolsa Família aumenta a quantidade de decisões domésticas tomadas por mulheres. Por outro lado, o programa é criticado por vincular, essencialmente, “o ser mulher a ser mãe” (Mariana; Carlotto, 2009, p. 904); por aumentar o trabalho das mulheres (Molyneux, 2009; Mariana e Carlotto, 2009, p. 902, Gomes, 2010, p. 94); por não fornecer uma infraestrutura que promova a entrada no mercado de trabalho, por exemplo, creches (Lavinias; Nicoll, 2006); e por colocar a responsabilidade dos cuidados domésticos sobre os ombros das mulheres, sem exigir “um maior envolvimento dos homens” (Gomes, 2010, p. 78).

No discurso brasileiro, a problemática da “esfera pública” (Rego, 2008, p. 169) ocupa um lugar de destaque. Vários autores defendem a proposta de que o programa “deveria diminuir o isolamento social feminino e aumentar sua visibilidade, principalmente na esfera pública, algo não observado no estado atual do PBF” (Gomes, 2010, p. 77). Suárez e Libardoni percebem uma dupla desvantagem: as beneficiadas estão isoladas em bairros onde falta informação sobre empregos, e também onde estão isoladas no seu processo de trabalho diário, que é muitas vezes solitário, “impedindo-as de levar uma vida em articulação política com os outros” (Suárez; Libardoni, 2007, p. 126). Para todos esses autores, a cidadania aparece como solução ao isolamento, porém, uma solução que o Bolsa Família não conseguiu promover (Rego, 2008; Gomes, 2010, p. 72; Suarez e Libardoni, 2007, p. 142). A orientação teórica em prol da vida política na esfera pública inspira-se, principalmente, na obra de Arendt. De uma forma mais ampla, essa tendência corresponde ao interesse – evidente na academia a nível global – por novos engajamentos com o conceito de modernidade. Falando de Bolsa Família, Rego chama atenção para a análise

do “universalismo moderno” (Rego, 2008, p. 153); Pires se dedica a estudar “a mudança de padrões considerados tradicionais para padrões considerados modernos” (Pires, 2009, p. 8).

Na formulação desse projeto de cidadania moderna e pública, *autonomia* é uma palavra central. Suárez e Libardoni (2007, p. 154) invocam a “conquista progressiva, por parte dos sujeitos, de autonomia política e social”. O mesmo tema é invocado por Lavinias e Nicoll (2006, p. 61), Pires (2009, p. 8), e Molyneux (2009, p. 54). Uma das mulheres entrevistadas por Suárez e Libardoni também emprega o conceito; indagada sobre o efeito da Bolsa Família nas mulheres que recebem, responde: “Elas agora têm mais autonomia” (Suárez; Libardoni 2007, p. 145).

Autonomia, cidadania, modernidade: são problemáticas que indicam uma visão renovada e progressista da esfera pública. Para contribuir para o entendimento dessas importantes questões, queremos, no nosso trabalho, olhar o avesso. Que ideologias regem a recepção da Bolsa Família na esfera privada? Se há, como já sugerimos, uma oposição entre “casa” e “direito,” precisaremos de análises de cada um dos dois lados para compreendermos o sistema simbólico como um todo.

Com esse intuito, estamos trilhando o caminho identificado por Pires. Ela busca identificar as “relações e as estruturas familiares” de uma unidade cultural que ela chama, elegantemente, “a casa sertaneja” (Pire, 2009, p. 1). Esse trabalho procurará seguir Pires, atravessando as portas dos domicílios no sertão. A autora se pergunta como “as assim chamadas ‘bolsas do governo’ interferem e forçam uma reinterpretação e reconfiguração de valores tradicionais nativos no que diz respeito à socialização infantil e à estrutura familiar” (Pires, 2009, p. 1). O projeto da presente pesquisa é complementar essa indagação; em vez de investigar a forma pela qual as bolsas modificam os valores dos domicílios, procuraremos ver como os domicílios modificam os valores presentes nas bolsas. Ou seja, queremos explorar, na frase de Pires (2009, p. 2), “a estrutura moral da casa sertaneja”, realçando sua surpreendente capacidade para assimilar e transformar os recursos do mundo de fora.

### **Mapeando a casa sertaneja**

Para tanto, partimos do conceito do domicílio como ambiente construído pelos seus habitantes. Não vemos o domicílio como mero mito burocrático, mas também não o vemos como uma categoria fundamental de toda sociedade humana. Seguindo Weber (1978), sustentamos que o domicílio surge em um determinado momento histórico, e sua estrutura reflete as principais exigências da época.

Buscando entender a realidade atual em Maracujá e Rio Branco, consideramos o domicílio como um foco de circulações. O feijão circula da roça para a casa, onde uma parte é vendida, uma parte guardada em garrafas de refrigerante para plantar no ano seguinte, e uma parte preparada e consumida, nutrindo quem trabalhará na roça de novo. O dinheiro entra, passa por divisões, se multiplica, e sai. O bezerro é criado com carinho e, depois de

vários anos, abatido, sendo o lucro usado para comprar outros bezerros. As pessoas também circulam, viajando para trabalhar e voltando sob a atração da terra familiar. O domicílio aparece como eixo simbólico que orienta todas essas circulações – de objetos, dinheiro, plantas, animais, e humanos – em volta de um ponto só. E os símbolos do domicílio fornecem a unidade necessária para juntar os esforços das pessoas que precisam colaborar para coordenar as diversas órbitas.

As temporalidades das circulações não são iguais. Algumas operam em curto prazo (o milho que se colhe em três meses); outras em longo prazo (a bezerra alimentada durante cinco anos). Para entendermos a calibração dessas circulações desiguais, recorreremos à ideia de *conversão*, um conceito clássico na antropologia econômica (Bohannan, 1968; Guyer 2004, cap. 2). Uma conversão é um processo em que uma pessoa consegue alterar o destino de objetos comuns, trocando-os para conseguir uma coisa prestigiada; o exemplo clássico de Bohannan é a troca de comida por barras de latão entre os Tiv. Essa transformação, ao mesmo tempo econômica e ética, tem sido teorizada como o salto de uma esfera mundana a uma esfera elevada, e todo o mundo luta, em especial, para não fazer uma conversão regressiva, ou seja, uma troca do bem de prestígio para o comum. As conversões carregam um peso moral que as diferenciam de trocas normais.

No nosso modelo do domicílio sertanejo, a conversão central é a transformação de circulações em curto prazo em circulações em longo prazo. As galinhas, que colocam ovos rapidamente, possibilitam a compra de porcos; a produção dos porcos é investida em gado, criado em um ciclo que demora cinco anos ou mais. O assentado novo, chegando a Maracujá, pode plantar feijão de 60 dias, e usar esse recurso para posteriormente cultivar mandioca, que só se colhe após 18 meses ou dois anos. Dentro da casa, a circulação diária da comida é cuidadosamente restringida (“tirando comida da boca,” segundo a frase comum) para possibilitar a aquisição de roupa, que faz um circuito de seis meses, renovando-se nas compras de São João e Natal.

A marca do domicílio próspero é sua capacidade de ‘segurar’ essas circulações em longo prazo. Na roça, haverá mandioca e não só feijão; na casa, móveis duradouros. A manga estará repleta de gado que não se vende quando novo. A casa em si, construída à base de renda poupada no movimento de colheitas e criação, será feita para durar anos. A isso, acrescenta-se a circulação mais importante, a dos seres humanos. Os pais sonham com a possibilidade de manter seus filhos adultos (e às vezes outros parentes) por perto, objetivo alcançado por alguns, que usam os ganhos do trabalho para construir casas vizinhas e sustentarem-se sem que haja mais a necessidade de participar na circulação rápida de empregos temporários na cidade. A qualidade principal da imagem do domicílio próspero, pois, é a permanência, encarnada em dois objetos-chaves: o gado, que o agricultor se orgulha de não vender, e a casa sólida, ambos já destinados como herança para os filhos, assim perpetuando o estado atual. Tudo se passa como se os habitantes do domicílio almejassem transformar os objetos cotidianos em eternidade. As circulações se prologam até

sair completamente do tempo, parecendo confirmar a hipótese de Weiner segundo a qual os objetos mais cruciais na construção de uma identidade coletiva são os que são tirados do ciclo de trocas para serem “inalienáveis” (Weiner, 1985 e 1992.)

As mulheres e os homens contribuem de maneiras diferentes para a conversão de circulações de curto prazo em circulações de longo prazo. A ferramenta principal do homem é o gado, o animal que permite a transformação de diversas fontes de renda agrícola em valor estável. O gado ostenta a permanência da prosperidade em um domicílio, e o poder especificamente masculino de fixar essa prosperidade, por meio do cuidado com a boiada, em forma de pecuária.

Mas a mulher também possui sua ferramenta principal para fazer conversões: o pagamento da prestação. As mulheres costumam ordenar uma escala de bens duráveis a serem adquiridos: primeiro, talvez, um sofá, depois um fogão a gás, depois um novo colchão. Quando o carro do mascate chega ao povoado (ou, com menos frequência, quando a família viaja até à cidade para fazer compras em uma loja), a mulher faz o trato e estabelece os termos da prestação mensal. A mulher também tem a responsabilidade de dar explicações e pedir uma extensão do prazo nos meses em que a família não consegue pagar. Os móveis e eletrodomésticos em uma casa, portanto, testemunham a capacidade da mulher para transformar uma circulação de dinheiro mensal em objetos de longa duração. Podemos até suspeitar que esses bens de acumulação feminina ocupem, hoje, o mesmo lugar simbólico do antigo enxoval de noiva. No caso de uma necessidade, tais objetos podem ser vendidos, e o dinheiro resultante geralmente ficaria sob o controle da mulher. Os bens duráveis, como o enxoval, formam uma “poupança otimizada;” usa-se o objeto e ao mesmo tempo se poupa<sup>7</sup>.

São os objetos que circulam em longo prazo que podem ser possuídos individualmente dentro do domicílio. Todos os parentes sabem identificar o dono de cada cabeça de gado. A probabilidade dessa identificação diminui enquanto aumenta a velocidade da circulação do tipo de animal: infrequentemente os porcos têm donos individuais, e as galinhas quase nunca-- a exceção sendo as crianças que brincam de ser donos de galinhas, os adultos reconhecendo esse direito de posse de aves com uma risada. Os móveis e eletrodomésticos, também objetos de longo prazo, podem às vezes pertencer a uma pessoa específica; caso contrário, normalmente todo o mundo se lembra de quem comprou o objeto e quando. As regras e práticas dessa propriedade intradoméstica – a posse individual de uma vaca ou de uma televisão – diferem daquelas que se aplicam à propriedade normal. Os demais na família podem usufruir e até vender o objeto sem permissão. O que fica é a obrigação de lembrar que uma parte da riqueza familiar deve-se àquele parente.

Se o gado e os móveis circulam em longo prazo, há outro tipo de objeto que

---

<sup>7</sup> Devo essa ideia de “poupança otimizada” a uma sugestão generosa de Flávia Pires.

simboliza por *excellence* a circulação rápida. É a comida. Com seu circuito diário, a comida entra e sai da casa apressadamente; durante sua trajetória, mais do que qualquer outro objeto, ela vem recriando as relações domiciliares mais básicas. Várias qualidades especiais separam a comida de outras entidades cotidianas. A comida, inverso de um objeto circulando em longo prazo, não pode ser possuída individualmente. Uma série de fortes regras proíbe rigidamente a definição da comida como propriedade alienável. A comensalidade obrigatória percebe-se logo como prática central no cotidiano dos habitantes da região, visível na hora do almoço, quando qualquer pessoa por perto é chamada para entrar e comer, e até nas despesas das crianças, que compram mais de uma bala de cada vez, sabendo que, quando elas consomem, terão que dividir com os colegas<sup>8</sup>. Na economia simbólica da casa sertaneja, a comida funciona como um bem de obrigatória partilha.

A comida, não sendo posse exclusiva de ninguém, fica como responsabilidade de uma pessoa específica: o homem. Segundo a frase comum, o homem deve “botar comida dentro de casa” (ou, nas palavras de Francisca, “botar feijão dentro de casa.”) Os gastos com comida – e, por alguns, remédio – são a obrigação especial dele, e definem seu papel como homem, em oposição à mulher, que transforma a comida comprada ou colhida em alimento comestível.

--[Homem, 73 anos:] [O homem] tem que botar as coisas dentro de casa para a mulher tomar conta.

--[Homem, 72 anos:] [O papel do homem é] comprar alimentos direitinho [...] para ter alimentos dentro de casa.

--[Mulher, 44 anos:] O homem tem que se virar para fazer a feira. [Ela relata que em 20 anos de matrimônio, ela mesma fez a feira só umas três vezes.]

Para representar o dever masculino, alguns casais diferenciam “despesas” e “compras.” A palavra “despesa” refere-se especificamente a comida (as despesas sendo “de fogão;”) as “compras” incluem a roupa, os móveis, e o calçado. Qualquer pessoa pode providenciar as compras, mas as despesas precisam vir do homem. Uma menina de nove anos, ouvindo minha entrevista com seus pais, me explicou: “Painho compra a comida, mãinha compra a roupa, e Dona Maria [avó] compra algumas coisas.” Dádiva do pai, preparada pela mãe, a comida tece as relações de gênero e produz um dos lados do domicílio sertanejo, o lado mais compartilhado, mais público, mais móvel, e mais cotidiano, o lado onde ele se torna mais igual a todos os outros.

<sup>8</sup> Vale a pena destacar a importância do elemento da visualidade nessa partilha obrigatória de comida. O ‘três sol’ (terçol), infecção ocular, é provocado, diz-se, quando uma mulher ou até mesmo uma fêmea animal grávida olha para a comida que alguém está comendo e sente desejo de comer também; se a pessoa não oferecer a comida, mesmo não sabendo do desejo, padecerá de ‘três sol’. Segundo outro relato que ouvi, os avaros fecham as portas e janelas da casa durante o almoço, para não correr o risco de que um passante visse a comida; os avaros seriam então obrigados a convidar o outro para comer.

### **Entra o Bolsa Família**

Quando fiz a primeira entrevista com Dalia, ela estava sonhando com um jogo de sofá. Dalia tinha 17 anos e era mãe de uma filha pequena; apesar de várias tentativas de cadastro, ela não recebia Bolsa Família. Dalia e seu marido tinham grandes dificuldades para achar serviços de diarista nas roças, e às vezes passavam a semana sem feijão em casa, comendo com parentes que moravam perto. Ela me disse que nunca tinha tido um sofá, e era isso que realmente queria.

Dez meses e muitas entrevistas depois, a situação de Dalia tinha mudado. Ela era mãe de uma segunda filha. O marido tinha achado um emprego temporário, aumentando o dinheiro disponível na família. Ajudada pelos privilégios concedidos às gestantes, Dalia finalmente tinha conseguido Bolsa Família. E um dia ela me recebeu na casa dela, com um sorriso orgulhoso, pedindo que eu me sentasse em um sofá marrom e suave que ainda cheirava à loja de móveis.

O dinheiro do Bolsa Família, quando chega na casa sertaneja, gera um desafio: como converter esse recurso em objeto que circule em longo prazo? O pagamento do benefício acontece em um ciclo mensal, pouco frequente na zona rural, onde os ingressos tendem a seguir o ritmo das colheitas. A conversão dessa quantia mensal – sua transformação em valor aculturado dentro do domicílio – se dá de uma maneira que depende da prosperidade ou pobreza dos beneficiados.

Nos domicílios mais pobres, o dinheiro muitas vezes é usado para cobrir os gastos de comida, e talvez com dívidas de energia, remédios, algumas roupas, ou material escolar. Esses gastos descrevem-se como “consumozinho.”

--[Mulher, 37 anos:] Eu uso mais para alimentação de casa.

--[Mulher, 50 anos:] Só é mesmo para manter mesmo as despesas mesmo [...] para dentro de casa mesmo. [O marido da mulher acrescenta:] Pedaço de carne.

--[Mulher, 19 anos:] Mais é alimentação [...] material de escola [...] alguma coisa para dentro de casa.

--[Mulher, 61 anos:] Comprava coisas para comer, coisas para a criança [...] qualquer coisa para dentro de casa [...] não dava para coisa grande não. Era mesmo para consumozinho.

--[Mulher, 54 anos:] [Bolsa Família vai para] consumozinho da casa [...] alguma coisa para comer [...] Sobre movimento de coisa de casa ninguém pode dizer que dá para isso. [O esposo da mulher relata que o dono de uma loja, na cidade, mentiu e falou para os clientes que o Bolsa Família precisava ser gasto só com cereais e outras ‘despesas.’]

Pires observa a mesma dinâmica no sertão da Paraíba: “O que parece ocorrer, no entanto, é a priorização de toda a família em situações de extrema pobreza [...] Nestes casos o benefício é largamente consumido com a alimentação da família” (Pires, 2011, p. 3). Nos

domicílios mais pobres, então, o recurso do Bolsa Família circula quase exclusivamente nos circuitos de curto prazo.

Nos domicílios mais prósperos, o dinheiro do Bolsa Família tem um destino bem diferente. A mulher guarda uma quantia todo mês para pagar a prestação de um móvel ou eletrodoméstico. Essa conversão é planejada cuidadosamente, com um cálculo exato da mensalidade que a família consegue pagar, e uma sequência de compras – primeiro o fogão em dez meses, depois o colchão em cinco meses – pensada de antemão.

Martina, 44 anos, explica que ela sempre aplica uma quantia para a prestação principal, de um objeto grande; ao longo de dez anos, ela conseguiu comprar televisão, liquidificador, fogão a gás, e sofá. Mas ela não dedica mais de cinquenta reais à prestação grande, e assim sobram outros cinquenta para objetos de circulação mais rápida, como verduras, frutas, ou roupa a prestação (sendo essa uma prestação secundária, na visão dela).

Martina: A Bolsa Família não dá para você comprar, só se você for juntando vários meses, né?

Duff: Mm hm.

Martina: Ai você pode juntar. Mas quem não tem condições de juntar, você faz uma prestação. Eu mesma, eu sempre compro uma coisa assim, no valor de cinquenta reais. Que aí vai-- eu vou pagar a prestação, vai me sobrar mais de cinquenta. Então, sempre eu compro assim, a prestação, e vou pagando. Todo mês que eu recebo Bolsa Família, eu já vou lá e pago a prestação. [...] Sempre as prestação minhas é assim, cinquenta abaixo. Porque aí tem que sobrar um pouco para mim, modo de eu comprar alguma coisa para mim também. Eu compro frutas, eu compro verduras. É? Às vezes até remédio. É roupa, é calçado. Tudo. Eu utilizo desse dinheiro. Quando eu estou pagando, às vezes, uma prestação de cinquenta reais, aí sobra cinquenta e dois reais. Aí eu tenho a prestação de uma roupa, até de um calçado. E ainda compro frutas, compro verduras, quando eu recebo o pagamento [...]

Duff: E as coisas mais básicas da-- arroz, feijão, tudo isso. Não é Bolsa Família que você usa para isso, né?

Martina: Ô, porque assim, eu mesma, assim, não compro, porque Marcos [marido] já tem o salário dele, sabe? Ai ele recebe o pagamento dele, ele já compra essas coisas tudo com o dinheiro dele. Então para mim, vai ficando as coisas mais leves, eu vou comprando as coisas mais leves. É verduras, é frutas. Pago uma prestação de roupa minha, de Janice [filha]. Mesmo dele, não é? Agora para fazer-- comprar assim, arroz e feijão com esse dinheiro, eu nunca comprei. Porque não, nunca teve necessidade também, né?

Sua vizinha Marlene, 54 anos, admite que “a maioria da gente” usa a Bolsa Família para a feira mensal:

Às vezes, lá, às vezes a maioria da gente faz a feira. Até a feira faz, né, com esse dinheiro, que tem muita gente que passava necessidade, viu, Duff? Quando não tinha esse dinheiro. E hoje, já tem ele, que já ajuda demais.

Mas ela se diferencia dessa maioria: a Bolsa Família dela serviu para adquirir objetos duradouros.

Marlene: E às vezes, eu já comprei, agora mesmo esses dias eu comprei esse fogão com o dinheiro da Bolsa Família.

Duff: É mesmo!

Marlene: É [...] Eu comprei peneira. Quando eu tirei sessenta reais, eu comprei a cerâmica dessa casa. Ai eu fiz uma prestação de cinquenta reais. Ai eu pagava os cinquenta reais da prestação da cerâmica. Ai, depois que eu terminei a cerâmica dessa cozinha-- deixa eu ver qual é que eu comprei com ele. Ele foi para setenta, foi para setenta e seis reais. Foi. Ai eu comprei-- esse armário ai, ô. Comprei esse armário também. Foi com o dinheiro deles [...]

Se você botar ele naquilo ali [na prestação], o problema é que tem hora que você precisa para outras coisas. Você não pode estar investindo só nisso, né? Mas você tem que deixar. Chega no final do ano, você tem que comprar as coisas para os meninos. Para Lucas [neto] e para William [filho] mesmo. Ai tem que comprar livro, essas coisas. Cadernos. Ai você não pode colocar tudo ali.

Com essa conversão cuidadosa, premeditada, um recurso que circula mensalmente é transformado em um objeto de longo prazo.

Nicola, 37 anos, oferece uma visão particularmente clara da diferença entre o uso de Bolsa Família em casas mais pobres e em casas mais estáveis. Ela passou por um grave aperto financeiro, e depois conseguiu um emprego temporário cozinhando na escola, obtendo uma renda maior.

Nicola: Assim, quando eu não estava cozinhando para a escola, aí, quando eu recebi ele – nesse tempo eu estava recebendo cento e sessenta e quatro--

Duff: De Bolsa Família.

Nicola: De Bolsa Família. Ai eu ia, pegava, comprava uma verdurinha, um tempero, uma coisinha para a escola para os meninos, uma sandália, às vezes, tal, tal, uma coisa, um creme de cabelo, alguma coisa, né? E outro, eu comprava um arrozinho e, e, e macarrão, uma coisinha para casa, né? Uma coisa, uma merenda, alguma coisa para mim trazer. Só que hoje, como eu estou cozinhando para os meninos da escola e a gente tem a comida em casa, aí o que é que eu faço com ele? Compro coisa mesmo para casa. Igual eu comprei para elas cama, né? Para elas duas [as filhas dela]. Comprei o colchão. O guarda-roupinha para elas pôr roupa [...] E para mim, é uma bñção, Duff. Viu? E se eu não tivesse, esse, emprego na escola, era com esse dinheiro que eu estava comendo. Eu e esses cinco filhos que eu tenho dentro de casa.

### **Famílias, diferenças**

Quando Dalia finalmente conseguiu a Bolsa Família, nos primeiros dias depois de receber o benefício ela comprou o sofá a prestação, e também foi com o esposo, Natan, para

fazer a feira em uma loja de desconto nos arredores da cidade. Para carregar as compras da loja até o ponto do ônibus rural, era preciso pagar um táxi. “Aí a gente dividia,” Dalia lembrou. “Eu e Natan.” Cada um pagou a metade do preço do táxi. E não era só o táxi que eles dividiram. Dalia começou a pagar o sofá; Natan pagava a comida. Na hora de comprar roupa, “Aí a sandália fui eu. Natan comprou um vestido.” Com a chegada da Bolsa Família, quase sem notar a mudança, Dalia e Natan tinham criado um orçamento dividido: o dinheiro do Bolsa Família, no entendimento deles, pertencia a ela, e o dinheiro do emprego dele pertencia a ele. Bolsa Família ajudou a marcar uma divisão.

Se Dalia e Natan conseguiram dividir o orçamento doméstico, isso foi, em parte, porque com duas fontes de renda eles tinham-se transformado rapidamente em um domicílio relativamente próspero. Nos domicílios mais pobres, essa divisão normalmente não acontece. Nas entrevistas semanais, quando se pergunta sobre os gastos e a renda da semana, percebe-se logo uma diferença clara entre os domicílios que dividem o orçamento e os que não dividem. Nos primeiros, que via de regra possuem renda per capita bem mais alta, os entrevistados se lembram de cada gasto como o gasto de uma pessoa específica (“foi o dinheiro de João”); nos segundos, os gastos são relatados sem identificar uma pessoa, e, quando indagados sobre isso, os entrevistados explicam que tudo se gasta juntos. Isso não significa que os habitantes dos domicílios mais pobres sejam inconscientes do dono de uma determinada fonte de dinheiro. Aquilo que se une não é a renda; é o gasto. Nas palavras de um maracujense perspicaz, pai em um dos domicílios mais pobres: “O dinheiro dela é dela, o meu é meu. É só na hora de comprar que nós compra tudo juntos.”

Essa união de compras pode ser entendida mais facilmente quando lembramos que os domicílios mais pobres dedicam a maioria de seus recursos aos objetos que circulam rapidamente, e em especial à comida. A comida sendo um bem obrigatoriamente compartilhado, esses domicílios fazem compras que, precisamente, não há como dividir.

Apesar de não ter um dono, o alimento fica como responsabilidade de uma figura particular, o homem, e portanto os gastos unificados são associados com ele. Nessas casas, então, o dinheiro do Bolsa Família, por meio de uma dupla separação, não aparece como dinheiro da mulher. Em primeiro lugar, o dinheiro vira recurso para gasto coletivo; em segundo, ele ajuda o homem na realização de sua tarefa paradigmática.

É nesse contexto que podemos compreender as brigas domésticas que surgem em volta de despesas não com luxos masculinos, como imaginam alguns políticos, mas com arroz e feijão. Uma mulher entrevistada por Suárez e Libardoni (2007, p. 145) já descrevia esse conflito: “Meu marido não dá nada para dentro de casa. Para ele o dinheiro do Bolsa é só para comprar alimentos, mas eu não acho. Compro outras coisas. Invisto na casa. Eu decido”. Ouvi a mesma história de Francisca: “O homem não sabe administrar o dinheiro, tipo esse [...] Ele quer logo fazer compras, comprar feijão e arroz [...] A mulher já pensa de comprar umas sandálias.” Mariana, 27 anos, que tinha conseguido Bolsa Família havia poucos meses e que vivia em um domicílio com uma renda nem próspera nem paupérrima,

ainda estava decidindo se ela seguiria usando o recurso para prestações, ou se dedicaria mais para comida:

Eu não vou mais pagar prestação. Estou precisando do armário, falei, eu vou comprar. Não sei, se eu vou comprar mais ou se não. Pois é chato. Nem que eu falei em prestação, vou deixar um pouco para mim. Comer também. Comprar alguma coisa para comer. Francisco [esposo] sempre me fala isso. “Como é que você tem o Bolsa Família, já, já fala que é para alimentar. Você fica colocando em prestação.” Agora eu vou falar para ele, “Mas-- estou te ajudando, também. Mesmo comprando as coisas dentro de casa. Mas estou te ajudando.”

Os homens, nesses conflitos, pensam primeiro no uso da Bolsa Família para cumprir com a responsabilidade alimentar do pai. Diante de tal imperativo, as mulheres que conseguem ganhar espaço são geralmente as que moram nos domicílios mais prósperos. Lá, depois de despesas com comida, ainda fica um dinheiro que pode ser cuidadosamente aplicado para conversão em objetos que circulem em longo prazo. Esses objetos têm donos – todo o mundo se lembra de quem comprou a televisão – e, portanto, os casais facilmente começam a dividir o orçamento doméstico. Já no primeiro mês da Bolsa Família, com seu novo sofá, Dalia e Natan tinham iniciado a prática.

O processo de divisão produz um efeito individualizante, uma facilidade para falar desde a posição do eu.

--[Mulher, 30 anos:] Aí que veio esse BF para mim.

--[Mulher, 44 anos:] Meu BF, eu compro alguma coisa para mim [...] pago uma prestação [...] e depois compro alguma coisa para mim mesma.

O efeito individualizante percebe-se principalmente na retórica que as mulheres empregam para falar sobre os objetos de longo prazo que elas conseguiram comprar. Esses objetos, patrimônio dentro do matrimônio, representam a parte da permanência domiciliar que elas puderam construir – o fluxo de circulação que elas conseguiram desacelerar e fixar em casa e que, portanto, corresponde a elas individualmente. Depara-se com o “eu” e o “meu,” declarações de posse individual:

--[Mulher, 27 anos:] Com fé em Deus, vou terminar [a prestação do fogão] [...] Vou comprar meu armário.

--[Mulher, 57 anos:] O tanquinho que eu tenho aqui eu comprei com esse dinheiro [do Bolsa Família] [...] Vou lutando e vou pagando a prestação.

--[Mulher, 44 anos:] Ô, eu já comprei bastantes coisas, com o dinheiro do Bolsa Família. É. Minha televisão. Eu comprei com o dinheiro do Bolsa Família. Meu liquidificador também foi com Bolsa Família. A-- deixa eu ver. Já comprei-- já comprei um fogão a gás também, com Bolsa Fa-

mília. Ajudei comprando o sofá também, com Bolsa Família. [...] É o que eu mais compro com meu dinheiro, é frutas e verduras. E tirando das prestação, é – são essas coisas. Aí me ajuda bastante. Graças a Deus.

Mas a individualização não acontece só com as mulheres. Se sobrar algum dinheiro depois de comprar a comida coletiva, então, várias beneficiadas me explicaram, a mulher tem a responsabilidade de equilibrar as necessidades pessoais de cada criança.

--[Mulher, 30 anos:] [Depois de terminar a prestação da geladeira,] agora eu mesma quero gastar com coisa grande agora não [...] Estou pensando que os meninos estão precisando de calçado, de roupa [...] Vou gastar com eles [...] e os materiais novos para a escola.

--[Mulher, 34 anos:] O que eu quero comprar para mim, e para Chico [filho], o dinheiro da Bolsa Família dá.

--[Mulher, 54 anos:] Um dia eu dou uma coisinha para um, um mês eu dou para outro [...] porque eles sabem que o que eu pego é para dentro de casa [...] O pai já é diferente. O que ele ganha, o que ele bota dentro de casa, é só para a família.

A mulher de 54 anos identifica, com uma visão clara, o conflito entre as necessidades individuais e a necessidade coletiva de alimentação, que o pai “bota dentro de casa.” A mãe pensa no primeiro, o pai no segundo. Testemunhamos aqui uma inversão irônica. Segundo Pires, a ideologia administrativa do Bolsa Família imagina a mulher como encarnação da família inteira; o homem, com seus supostos gastos de luxo, seria a figura do individualismo. “Sabe-se que a mãe da família é quem recebe o benefício do PBF. De acordo com os idealizadores do programa, é ela e não o pai, quem melhor gere o orçamento familiar, tomando decisões que beneficiem a família como um todo e não indivíduos” (2009, p. 8). Mariana e Carlotto fazem a mesma observação (2009, p. 904).

Mas se esse modelo inspira os arquitetos administrativos do programa, outro simbolismo opera dentro da casa sertaneja. Aqui, é o homem que representa a totalidade do domicílio. Aquilo que é compartilhado, o recurso coletivo, fica como responsabilidade dele, formando um suporte fundamental do poder machista. As vontades e os projetos do homem aparecem como vontades e projetos gerais da família. Para tornarem-se visíveis e compreensíveis, os projetos da mulher precisam ser vistos como os interesses particulares de alguma pessoa, ou dela ou de um filho.

São muitas as mulheres que conseguem se expressar, e até se emocionar, dentro dessa gramática particularista.

--[Mulher, 44 anos:] Antes, eu dependia de estar pedindo para comprar as coisas. Hoje, graças a Deus, tenho o meu. [Relata que antigamente ela fazia uma roça individual para ter dinheiro próprio.] Hoje eu já não preciso fazer tudo isso para mim comprar uma coisa para mim.

--[Mulher, 27 anos:] Tou alegre quando chega meu dinheiro.

Se existe uma visão de autonomia aqui, ela fundamenta-se na capacidade de usar objetos para mudar as relações entre pessoas. A potência dessa autonomia já se detecta no depoimento que um homem, de 36 anos, deu quando perguntei se o Bolsa Família muda a situação das mulheres.

Acontece, porque a mulher fica meio ousada [...] fica jogando na cara do marido. Se comprar alguma coisa, é, “Eu tenho isso por causa do dinheiro do Bolsa Família” [...] que nem mulher independente que trabalha. Qualquer coisa, “Eu trabalho, não preciso de você.”

O momento crítico aqui gira em volta do objeto comprado. A declaração imaginada da mulher – *eu tenho isso* – implica o ato de apontar para alguma coisa; a mulher destaca uma relação eu → coisa para transformar a relação com o esposo, uma relação eu → você. O que importa para a autonomia aqui, portanto, não é o dinheiro ou o programa em geral. É, de maneira específica, a coisa: o homem entende a independência da mulher por meio do objeto, ou seja, por meio da forma concreta pela qual o valor foi fixado dentro da casa. Para poder fazer uma afirmação dessas, a mulher precisa ter em casa um objeto culturalmente reconhecido para o qual ela pode apontar. E nem todos os objetos prestam para isso. Já vimos que certos objetos, como comida, não se percebem como propriedade de alguém; outros, circulando em longo prazo, facilitam uma identificação clara e duradoura. Resta imaginar quantos colchões e geladeiras já entraram no meio desse tipo de polêmica.

### **A lógica do segredo**

Se as mulheres em domicílios mais prósperos convertem o dinheiro do Bolsa Família em objetos de circulação em longo prazo, isso não significa que as mulheres mais pobres não procurem, elas também, usar o dinheiro para criar formas de permanência. Vivendo em uma situação onde todos reconhecem a necessidade de dedicar os recursos para alimentação, a mulher não consegue iniciar o projeto visível e regular de pagar uma prestação. Ela pode, às vezes, recorrer ao segredo.

Observei essa lógica pela primeira vez em um assentamento que fica a aproximadamente 100 km de distância de Maracujá e Rio Branco. A mãe de uma família muito pobre, que eu havia conhecido durante vários anos, um dia quis conversar comigo. Ela me falou dos maus-tratos físicos que ela sofria nas mãos do marido. Depois, com um otimismo cauteloso, ela me explicou que tinha reservado uma parte do dinheiro da Bolsa Família que ela recebia, e tinha comprado dois leitões. Ela pediu para eu não deixar ninguém saber: era um segredo, mas os leitões eram dela agora, e ela esperava que, com a reprodução deles, pudesse criar mais.

Em Maracujá / Rio Branco, em um dos domicílios mais pobres, ouvi falar de outra

## forma de esconder dinheiro:

Maria: Eu-- dependendo, dependendo do meu marido, não tem nada. [...] Dinheiro na mão dele é a mesma coisa de água, do jeito que ele gasta. [Duff dá risada.] Estar gastando assim-- já é difícil a situação aqui. Se ficar gastando como água, ai-- [Ela relata que ela guarda dinheiro.] [...] Eu não tenho conta não.

Duff: Mas o cunhado tem.

Maria: Que o cunhado, cunhado [...] soube. Mas meu marido não sabe não, Duff.

Duff: Ele não sabe?

Maria: Não sabe não.

Duff: Mas como é que faz?

Maria: Eu mando para meu cunhado.

Duff: É mesmo!!

Maria: Eu falo para Jacobo [o marido], “Ô, é lá para seu irmão, ele vai ajudar.” E meu cunhado sabe que põe na conta dele. Que se não, ele gasta. [...] Às vezes cinquenta, às vezes diminui. [...] Tem que economizar, não é verdade? [...] Para economizar. Se não for assim, você nunca vai ter alguma coisa. Então vai ajudar. Vou juntando e juntando-- do pouco que a gente tem, um tanto. [...]

Duff: Aquele dinheiro que você tem lá vai ser para fazer o que?

Maria: Ah, Duff. Tantas coisas que eu penso—sei não. Eu penso assim, juntar e juntar para pagar uma faculdade para as crianças quando crescer. Porque hoje em dia, como a situação está difícil, se você não começar a juntar de agora para pagar uma faculdade para os filhos-- eu mesma que não trabalho, como vai ser então? Eu penso.

Duff: Gostei.

Maria: O que eu não tive, eu quero que eles tenham. Eles têm um lugar para estudar, isso, aquilo. Eu falei, minha filha, o dia que eu morrer, você não vai estudar mais. Mas enquanto eu tiver vida, eu quero formar vocês.

Duff: Realmente, eu gostei.

Maria: É bom [...] Não é lutando que a gente se consegue?

Reservando um dinheiro, nessas duas histórias, a mulher não cria um objeto imediatamente visível ao público, muito menos ao marido. Mas, ainda assim, ela converte o recurso mensal em uma entidade que circula em longo prazo, no circuito do sonho planejado. Os porcos e a faculdade não representam a permanência do hoje, e sim a mudança. Diferente do móvel ou do gado, bens duradouros que pretendem preservar a conjuntura atual para sempre e assim eliminar o tempo, o dinheiro secreto tenta transformar uma situação intolerável por meio de uma ruptura entre presente e futuro. Por isso, as mulheres nas duas histórias, mais do que as outras, falam abertamente na linguagem da injustiça: o projeto delas é o de enfraquecer o agora para construir algo novo.

## Conclusões

A análise etnográfica, voltada para as diversidades sociais, tem um papel específico na avaliação de políticas públicas. Muitas vezes, há novas propostas que não dizem respeito a todos os beneficiados de um programa, senão a uma margem: às pessoas que ganham um pouco mais da renda máxima, aos domicílios pobres não cadastrados, a uma região determinada. Com sua capacidade de investigar grupos específicos, a etnografia pode informar as decisões marginais.

O Programa Bolsa Família enfrenta uma série de opções na aplicação de recursos. De um lado, o acesso ao programa poderia ser expandido por meio de aumentos no limite máximo de renda permitida. Do outro lado, o programa poderia fazer maiores esforços para atingir seu atual público-alvo, excluindo os beneficiados que ganham acima do limite e focando os esforços para cadastrar os não-cadastrados. A diferença entre essas duas possibilidades corresponde, de certa forma, a uma divergência de visões. Na primeira, o Bolsa Família é entendido como o primeiro passo em direção a uma garantia universal de renda para todos os brasileiros, um novo direito social, como defende o senador Eduardo Suplicy. Na segunda, o benefício é visto como um programa social temporário que deve funcionar flexivelmente para evitar o mau uso de recursos e priorizar o acesso dos mais necessitados. Ou, para voltar à ótica etnográfica, a primeira opção implica uma expansão na quantidade de beneficiadas como Francisca, a mulher no domicílio mais próspero, que descreveu a Bolsa Família como “uma porta que abriu para mim.” A segunda opção leva à exclusão de algumas dessas beneficiadas para enfocar os casos como o de Dalia, a quem faltou feijão enquanto ela esperou mais de um ano para receber o dinheiro<sup>9</sup>.

Dentro do pequeno contexto que exploramos na atual pesquisa, podemos identificar uma tensão. Eliminando os domicílios um pouco acima do limite de renda, o programa estaria excluindo precisamente as famílias onde o dinheiro mais visivelmente conseguiu mudar as relações de gênero. Quando lembramos que Francisca, apesar da renda relativamente próspera de sua casa, nunca tinha o dinheiro para fazer compras antes do Bolsa Família, voltamos à observação feminista de que as mulheres que não possuem controle sobre dinheiro sofrem todas de uma certa forma de pobreza<sup>10</sup>. A observação indica uma possível solidariedade entre Francisca e Dalia em nome de um direito social.

Na medida em que o Bolsa Família visa transformar as injustiças de gênero no domicílio sertanejo, se faz necessária uma atenção à capacidade das mulheres para construir formas de valor em longo prazo. Essa atenção deve descobrir até que ponto elas têm acesso à permanência, ou seja, qual é a responsabilidade que elas podem assumir

9 No dia anterior ao da entrega do presente trabalho, fui até a casa de Dalia para mostrar o manuscrito para ela. “Essa semana,” ela me informou, “aconteceu uma tragédia comigo”. Em uma ironia cruel, sua Bolsa Família foi cortada depois de apenas três meses; o salário de Natan estava quinze reais acima do limite de renda. Quando Natan não tinha emprego, ela havia esperado mais de um ano para conseguir o benefício. Hoje ela ainda não sabe se terá que devolver o sofá para o mascote.

10 Devo essa observação à instrução de Jessica Cattelino.

por uma parte da almejada permanência da casa, e para quais objetos permanentes elas podem apontar. No caso das mulheres mais pobres, como Maria, que escondeu o dinheiro para a faculdade dos filhos, o Estado de bem-estar social tem uma obrigação especial para promover seu acesso à permanência. Quais são as possíveis políticas para apoiar sua busca de valores permanentes? Podemos rapidamente assinalar o Salário Maternidade Rural, que deveria garantir um pagamento de prestação única para trabalhadoras pobres que engravidam na zona rural. Em futuras investigações, esperamos explorar esse programa. Vale a pena notar agora que, no meu atual campo de pesquisa, os domicílios que recebem Salário Maternidade frequentemente o aplicam na aquisição de um bem duradouro que dá renda – como gado, por exemplo –, o bem sendo depois identificado individualmente com a mulher ou o filho. Assim o Salário Maternidade Rural tem a potencialidade de mudar a dinâmica de valores permanentes no domicílio; porém, essa potencialidade, geralmente, não se realiza devido aos obstáculos burocráticos que, na maioria das vezes, impossibilitam o acesso ao direito.

O Bolsa Família também gera perguntas que vão além do imediatismo político. Quando Francisca disse que toda mulher deseja “ser independente [...] estar com ninguém estar mandando,” identificamos suas palavras com o conceito de autonomia, tão frequente na literatura acadêmica sobre transferências condicionadas de renda. No domicílio sertanejo, quais são as qualidades dessa autonomia? Lá, a autonomia não aparece como uma separação primordial entre as pessoas, mas como uma posição dentro de um sistema cultural. Uma pessoa conquista autonomia na medida em que ela consegue ser fonte e dona de objetos que circulam em longo prazo; objetos que constroem a eternidade da casa. Por meio desses objetos, ela tem acesso à permanência, isto é, a uma das qualidades centrais do mundo aculturado da casa sertaneja. Isso significa que o sistema em si já define o significado de autonomia e já produz o lugar autônomo. Nesse lugar, a pessoa poderá falar do “eu” e do “meu;” estará com “ninguém mandando”; responderá às ordens masculinas com a frase “*eu tenho isso*”, “que nem mulher independente.” Essa autonomia não existe fora da escala cultural. Ela corresponde a um tipo específico de participação na cultura. É uma autonomia que, em vez de existir antes dos outros, se produz no meio deles.

Aprendendo com as mulheres e homens que produzem essa autonomia, podemos pensar em um suplemento ao modelo de Weiner (1985; 1992). Weiner, como resumimos acima, realça o processo pelo qual a pessoas tiram alguns objetos especiais do círculo de trocas e usam-nos para criar uma coletividade além das mudanças e riscos do tempo – como, no exemplo de Weiner, as jóias da família real que nunca são vendidas e fornecem uma identidade para o país. No nosso contexto, viemos confirmando a importância desse conceito de permanência na casa sertaneja. Mas também vimos que o valor permanente não é simplesmente coletivo. A maneira como se fixa esse valor permanente e a pessoa que consegue fixá-lo são de primeira importância. Um objeto pode ao mesmo tempo ser propriedade coletiva e, dentro do coletivo, propriedade individual; ele pode fundamentar

a identidade coletiva e também definir a forma irregular do coletivo e as posições das diferentes pessoas que dele fazem parte. Em um determinado contexto cultural, quais os possíveis tipos de propriedade que podem existir simultaneamente e coextensivamente? Qual a diferença entre propriedade e posse? Como podemos mapear as práticas pelas quais as pessoas retiram um valor de circulação e apropriam-no como propriedade, ou seja, quais os processos para criar propriedade? Tais perguntas nos alertam para a insuficiência da dicotomia propriedade particular/propriedade coletiva. Em nosso momento histórico, quando a questão da infraestrutura e propriedade comunal está mais uma vez no discurso popular, podemos lançar um esforço antropológico para entender as modalidades múltiplas e contraditórias de propriedade enquanto essas surgem na prática humana.

Foi no final de 2011 que Clara me disse as palavras, “Mulher mesmo não faz nada.” Um ano depois, voltei para perguntar mais uma vez sobre o Bolsa Família. Clara tinha conseguido um trabalho temporário limpando casas. Ela se lembrava do uso da sua Bolsa Família quando ainda não tinha emprego nenhum: “Antes, era só pouco de coisas. Não deu nem para passar o mês.” Agora, com o trabalho, sua casa estava transformada e ela orgulhosa; ela tinha comprado um armário, um guarda-roupa, e um *rack*, de cor cinza com um pouco de preto. Esses objetos provavelmente durariam mais tempo do que o emprego. Fruto de uma poupança cuidadosa, eles tinham o poder incrível de prolongar o hoje no futuro, passando mais do que o mês, mais do que o bico inseguro. Os móveis, em um mundo de dinheiro e chuvas imprevisíveis, estenderiam a firmeza daquela casa até um momento tão longínquo que poderia parecer o começo do sempre.

## Referências

- BALLARD, Richard. Geographies of Development II: Cash transfers and the reinvention of development for the poor. **Progress in Human Geography**, 2013 [no prelo].
- BOHANNAN, Paul; BOHANNAN Linda. **Tiv Economy**. Evanston: Northwestern University Press, 1968.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DE BRAUW, Alan et al. **Avaliação do Impacto do Bolsa Família 2: Implementation, attrition, operations results, and description of child, maternal and household welfare**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, August 28, 2010.
- GOMES, Simone da S. Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, 28 ag. 2010, p. 69-81. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/8560/6425>> Acesso em: 26 abr. 2013
- GUYER, Jane. **Marginal Gains: Monetary Transactions in Atlantic Africa**. Chicago: University of Chicago, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 1a. rodada. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos de Estudos - Desenvolvimento social em debate**, n. 5. Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS. Organizado por Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vait-

sman. Brasília, DF: MDS / SAGI, 2007, p. 13-16. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C5%20n%2008%20-%20AVALIACAO%20DO%20IMPACTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAMILIA..pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 2a. rodada. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate**, n. 13. Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2006-2010 [Versão atualizada e revisada]. Organizado por Luziele Tapajós e Júnia Quiroga. Brasília, DF: MDS / SAGI, 2010, p. 35-38. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n17%20-%20PESQUISA%20DE%20AVALIACAO%20DE%20IMPACTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAMILIA\\_SEGUNDA%20RODADA%20\(AIBF%20II\).pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n17%20-%20PESQUISA%20DE%20AVALIACAO%20DE%20IMPACTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAMILIA_SEGUNDA%20RODADA%20(AIBF%20II).pdf)> Acesso em: 26 mar. 2013

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Pobreza, transferências de renda, e desigualdades de gênero: conexões diversos. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 22, junho 2006, p. 39-76. Disponível em: <[http://www.cgee.org.br/arquivos/pe\\_22.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_22.pdf)> Acesso em: 26.03.2013

LINDERT, Kathy et al. **The Nuts and Bolts of Brazil's Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context**. SP Discussion Paper n. 0709. Washington DC: The World Bank, may 2007. Disponível em: <[http://josiah.berkeley.edu/2008Fall/ARE253/PN3%20Services%20for%20Poor/Brazil\\_BolsaFamilia.pdf](http://josiah.berkeley.edu/2008Fall/ARE253/PN3%20Services%20for%20Poor/Brazil_BolsaFamilia.pdf)> Acesso em: 26.03.2013

LOMELÍ, Enrique Valencia. Conditional Cash Transfers as Social Policy in Latin America: An Assessment of Their Contributions and Limitations. **Annual Review of Sociology**, v. 34, 2008, p. 475-99.

MARIANA, Silvana A.; CARLOTO, Cássia M. Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, set-dez 2009, p. 901-908.

MOLYNEUX, Maxine. Conditional Cash Transfers: A “Pathway to Women’s Empowerment?” **Pathways Brief**, n. 5, 2009. Disponível em: <[http://www.pathwaysofempowerment.org/Pathways\\_Brief\\_5.pdf](http://www.pathwaysofempowerment.org/Pathways_Brief_5.pdf)> Acesso em: 26.03.2013

PIRES, Flávia F. A casa sertaneja e o Programa Bolsa-Família: Questões para pesquisa. **Política & Trabalho**, n. 27, 2009, p. 1-15. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6808/4243>> Acesso em: 26 abr. 2013

\_\_\_\_\_. o ponto de vista das crianças: Os efeitos do Programa Bolsa Família no semiárido nordestino. Comunicação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28. Recife, 6-11 set 2011. **Anais...**, 2011. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <[http://www.starlinetecnologia.com.br/alias/arquivos/alias\\_GT22\\_Flavia\\_F\\_Pires.pdf](http://www.starlinetecnologia.com.br/alias/arquivos/alias_GT22_Flavia_F_Pires.pdf)> Acesso em: 26 abr. 2013

REGO, Walquiria L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**, n. 73, 2008, p. 147-185. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2013

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados – Bolsa Família e Assistência Social**, v. 2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. p. 119-162.

VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados**, v. 2 – Bolsa Família e Assistência Social. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

WEBER, Max. Household, Enterprise, and Oikos. In: \_\_\_\_\_. **Economy and Society: An Outline of Interpretive**

Sociology, v. 1. Ed. Guenter Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California, 1978. p. 370-384.

WEINER, Annette. Inalienable Wealth. **American Ethnologist**, v. 12, n. 2, may 1985, p. 210-227.

\_\_\_\_\_. **Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-While-Giving**. Berkeley: University of California, 1992.

Recebido em 28/11/2012

Aprovado em 09/01/2013